

Extensão Universitária e o Campo da Política Cultural

▮ **Patrícia Maneschy Duarte da Costa***

▮ **Sonia Regina Mendes dos Santos****

▮ **Mirian Paura Sabrosa Zippin Grinspun*****

Resumo

A proposta deste estudo se insere nas reflexões sobre a Extensão Universitária como *lócus* para além das práticas articuladas de pesquisa e de ensino na universidade, o que inclui a possibilidade de construção da interlocução da práxis pedagógica e intelectual com a sociedade. Visto dessa forma, as propostas e produtos da extensão mantêm e se produzem em uma dinâmica de aprendizagem reflexiva, mútua e autônoma um vínculo entre sociedade e universidade. Nesta interlocução a cultura é o constructo/alicerce que provoca e produz a dinâmica da educação humanizadora, manifestada em suas diversas formas de expressão social. A cultura como objeto de interlocução na extensão contribui para a realização do conceito de cidadania e com a construção de uma práxis política que se compromete com a transformação social. Tais reflexões fazem parte de uma pesquisa cuja principal preocupação do estudo pauta-se em entender: Como, por que e de que forma, e sob quais olhares/perspectivas a cultura tem estado presente nas universidades. Esse artigo aborda as concepções sobre a função da extensão sob o viés da cultura no que considera a pluralidade e a formação das ações com base nos diferentes discursos locais, que negociados criam novos sentidos e podem atender de forma peculiar os interesses da sociedade.

Palavras-Chave: Cultura. Extensão. Formação.

* Doutoranda PROPED/UERJ. Professora cursos de Pós-Graduação e Graduação. Pesquisadora nas áreas de Extensão Universitária e juventude, com ênfase em cultura e políticas públicas e educação. E-mail: pmaneschy@gmail.com.

** Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. Professora do Mestrado em educação, cultura e comunicação das periferias urbanas/ FEBF. E-mail: soniamen@superig.com.br.

*** Professora Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ. E-mail: mzipin@yahoo.com.br.

University Extension and the field of cultural policy

Abstract

The proposal of this study interferes in the reflections on the Academics Extension as a *locus* beyond of the articulate practices of research and teaching at universities. This fact increases the possibility of constructing of interactions between intellectual and pedagogical *praxis* and the society. This way, the proposals and products of the extension are maintained and produced by a dynamic of reflexive, mutual and independent learning which creates a strong link between society and universities. This culture is the foundation that causes and motivates the humanizing education dynamic, manifested in their several forms of social expression. The culture, as an important dialogue object in the extension, contributes to the accomplishment of the citizenship concept, to the construction of a political praxis and is committed with the social transformation. Such reflections are part of a research whose the main objective is to understand: how, why and under which perspective the culture has been present at the universities. That article approaches the conceptions about the function of the extension, under the bias of the culture, which considers the plurality and the formation of the actions based on different local speeches, that negotiated, create new senses and can assist, differently, the interests of society.

Keywords: Culture. Extension. Formation.

Extensión de la Universidad y el campo de la Política Cultural

Resumen

La propuesta de este estudio interfiere en las reflexiones en la Extensión de Academics como un sitio más allá de las prácticas articuladas de investigación y enseñando en las universidades. Este hecho aumenta la posibilidad de construir de interacciones entre el intelectual y praxis pedagógica y la sociedad. Se mantienen esta manera, las propuestas y productos de la extensión y produjeron por un dinámico de aprendizaje reflexivo, mutuo e independiente que crea un eslabón fuerte entre la sociedad y universidades. Esta cultura es la fundación que causa y motiva la educación

humanizando dinámico, manifestada en sus varios formularios de expresión social. La cultura, como un objeto del diálogo importante en la extensión, contribuye al logro del concepto de la ciudadanía, a la construcción de una praxis política y se compromete con la transformación social. Las tales reflexiones son parte de una investigación cuyo el objetivo principal es entender: cómo, por qué y bajo que la perspectiva la cultura ha estado presente en las universidades. Ese artículo se acerca las concepciones sobre la función de la extensión, bajo el prejuicio de la cultura que considera la pluralidad y la formación de las acciones basado en discursos locales diferentes que negociaron los nuevos sentidos crean y pueden ayudar, diferentemente, los intereses de sociedad.

Palabras-clave: La cultura. La extensión. La formación.

A partir da compreensão elaborada, levantamos os primeiros questionamentos sobre uma política de cultura, presente ou não, na extensão universitária, com vistas a superar as práticas de assistencialismo que marcaram a universidade. Em nossas aproximações com o campo da cultura partimos do entendimento da cultura como elemento *constituído* de um sistema discursivo político fundado na compreensão dos antagonismos existentes em sua estrutura interna, e que sendo de tal forma articulado se torne possível a sua realização na universidade como campo formativo.

Quando se pensa a Extensão Universitária há um senso comum entre os teóricos, citando somente dois – Nogueira (2000) e Mendes (2006), que o conceito nasce permeado por uma história conturbada e polêmica, pois existem contradições e paradoxos, equívocos e imprecisões, tal a diversidade de entendimentos sobre sua função.

Considerando que a Extensão não está dissociada da trajetória realizada pela universidade, entendo que estão implicados nesse processo de compreensão a história, o papel social, os objetivos e o contexto em que se insere o desenvolvimento da extensão nas Universidades. A análise deve contemplar estes aspectos, que considerados em condição de não-fragmentação, constituem o processo de conhecer a Extensão no Brasil.

Entre restrições e avanços nas discussões sobre a finalidade da Extensão, o entendimento da função da extensão passou por vários momentos difíceis de controle das atividades, pois se concebia que *as atividades* de extensão eram um mero canal de

transmissão para a sociedade do resultado do ensino e da pesquisa de forma isolada. A prestação de serviços e os cursos continuam a ser o viés de interligação, não há uma interação em que os saberes se articulem da sociedade para a universidade e vice-versa, a sociedade é tida como passiva e receptora. Nesta perspectiva não se insere qualquer pensamento de cultura como articuladora do pensamento, mas a cultura como sendo aquela produzida pelos “acadêmicos” e que deveria ser levada ao interior por meio de ações extensionistas, e basicamente desenha a condição de função assistencialista da Extensão Universitária, longe de se pensar uma política que avance o olhar sobre a cultura. Uma cultura dentro da universidade que fosse um eixo instigador do propósito questionador do pensamento acadêmico reflexivo.

Nas décadas 80 e 90, o Plano de Extensão articula uma política participativa dos docentes, discentes e servidores. Busca a integração interna na universidade, pois sugere que se tenha na estrutura central da universidade um órgão responsável pela extensão e que o mesmo deva manter a interação com o ensino e a pesquisa. A institucionalização da extensão considera ainda as demandas das comunidades locais articulando as ações com órgãos públicos ou privados.

Entender as mudanças de concepções da função da extensão nestas décadas é também compreender que as políticas que foram traçadas trabalharam em uma dimensão crítica. Esta dimensão propunha que a função social da universidade deveria ser cumprida por meio da extensão cujo papel seria de contribuir para o desenvolvimento harmônico da sociedade envolvendo-se com as comunidades carentes assistindo as políticas sociais do governo em combater a pobreza, produzindo e difundindo tecnologia, formando recursos humanos para a solução de problemas sociais de forma a auxiliar no desenvolvimento das comunidades. Por essa dimensão vislumbra-se também a formação da consciência cívica, e a distribuição e preservação da cultura criando novas mentalidades ¹.

Essa função social se desenha com base no assistencialismo, em que a extensão deve ser o canal para ensinar a uma sociedade como ela deve ser, e não para cuidar junto com ela dos problemas sociais existentes, nem estabelecer proposições conjuntas

¹ FRANTZ, SILVA (2002, p. 187), cita Silveira (1987) esclarecendo a necessidade de criar uma mentalidade na universidade diferente. Que necessita ser pautada em outros referenciais que não os da modernidade.

para encontrar caminhos de interlocução que vão além de se oferecer ações isoladas, desvinculadas de uma continuidade que possibilite uma mudança em suas demandas.

A oportunidade que a sociedade tem de se encontrar com a universidade é via extensão, se este canal é permeado por uma política que não identifica formas de ações contínuas, do pensar o ensino e a pesquisa inseridos na trajetória das negociações para atender as demandas sociais da comunidade, então não se tem a extensão como canal de efetivação do conhecimento produzido na universidade ou mesmo como forma de causar algum impacto social favorável na comunidade atendida.

É neste caminho que da década de 80 em diante permeia lutas que visam à democratização, à “reestruturação de políticas sociais”² bem como novas políticas educacionais. Nota-se aqui um movimento na sociedade que poderíamos aproximar da teoria de Laclau³ pois são no jogo de grupos com interesses distintos que se travam as batalhas do entendimento sobre qual direção o país, Brasil, vai tomar. É a década das eleições diretas e do fervilhar por uma demanda para reestruturação política e econômica.

Hoje, a diversidade de políticas e ações que são exercidas nas diferentes instituições universitárias no país demonstra a fragilidade de uma diretriz. Ao mesmo tempo percebemos que uma dimensão teórico-explicativa não consegue abranger a realidade social completamente, e desta forma a vida social se torna mais complexa do que a busca de uma definição. Os movimentos de hegemonia não conseguem dar fundamento à complexidade que circunda as atividades/ ações extensionistas.

Aproximações: uma política da identidade cultural na extensão

De outro lado, as metanarrativas, hoje rupturas pela busca de respostas inexplicáveis aos contextos em que a sociedade e a educação se relacionam nos mostram que outra proposta de olhar a função da extensão poderá ser concebida. E aqui, arriscasse uma significação que contemple a centralidade da cultura como um

² FRANTZ, SILVA, 2002, p. 188.

³ Em Laclau (2004), no campo do discurso haverá um espaço em que os discursos negociarão os sentidos hegemônicos, ou seja, um sentido determinado por um sistema constituído estará em condição de antagonismo diante de outro sistema. Laclau (2004) introduz desta forma o conceito de discurso na reflexão sobre a política no que se refere aos sentidos aplicados em uma razão social. Sua proposta ultrapassa a teoria social clássica, inclusive indo além do realismo filosófico. É no contexto de discordância dessa postura clássica que Laclau insiste na relevância da dimensão da significação em que o sentido é sempre produzido socialmente, insistindo no caráter constitutivo da realidade que a significação produz. Essa aproximação está presente na concepção subjetivista do sentido onde o sujeito o circula socialmente, mas nunca a partir de suas próprias idéias, mas de um sistema de regras já formados, autorizados e interiorizados pela educação, pela interação em que dado o discurso no contexto social não há como se obter controle sobre sua produção.

viés de construção política não hegemônica, desafiante do fazer da ação extensionista. Entender os discursos tanto do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e as demandas de uma sociedade em que o poder se coloca *no saber ensino e pesquisa*, está longe de se pensar uma política de extensão que contemple identidades diferentes para as universidades, e que lhe dê a autonomia necessária para trabalhar suas demandas da interlocução sociedade/ universidade/ extensão.

Em primeiro lugar, é preciso refletir sobre o papel da universidade como produtora do conhecimento e responsável pela sua integração a sociedade. Conceber a produção do conhecimento na perspectiva de **integração** já pressupõe uma dimensão disciplinar, ou seja, dissocia-se as duas instâncias, pois implica dizer que uma está sob condição de integrar-se à outra e não em condição de negociar suas expectativas e propostas para ambas.

Na medida em que entendemos que a extensão necessita se afirmar como acadêmica e social ao mesmo tempo, não podemos mais concebê-la sob a ótica da disciplinaridade. Conceber a disciplinaridade está distante das idéias de Canclini (2006), Laclau (2004) e Hall (2006), pois deparamo-nos com a ausência da interlocução que encontra apoio no discurso do outro, na mediação e na negociação dos interesses, causando a exclusão de um deles.

A fragmentação das áreas do conhecimento é um dos pontos chave na discussão dos Estudos Culturais. Para Hall (2006) a identidade se faz no contexto da vivência cultural, na presença das contradições. A Extensão não se firmaria pela divisão dos conhecimentos e sim pelo apoio dos interlocutores⁴, pois todos estão em seus momentos sócio-históricos, com interesses diferentes –comunidade – universidade – conhecimento criado-, porém a negociação de seus papéis e o sentido que irão atribuir para ligar os diferentes interesses é único para cada ação, cada problema e cada solução. Não se concebe nesta forma de ação uma divisibilidade entre os campos do conhecimento⁵. Cada ator a partir de um conhecimento próprio a ser gerenciado e ser integrado da forma que a negociação permitir. Não há como visualizar a extensão

⁴ A noção de interlocução adotada aqui trata de conceber a relação entre ambos os sujeitos do discurso em que se comprometem com a negociação realizada, porém não perdem a identidade de referência, associando-se aos interesses e realizando ações conjuntas que estão além das narrativas igualitárias e hegemônicas. A interlocução é o canal de parcerias e apoios em busca de consolidar um interesse comum, não necessariamente descaracterizando as identidades dos participantes.

⁵ O campo dos Estudos Culturais busca compreenderem os conhecimentos em múltiplas relações, não estabelecendo a concepção de disciplinaridade, em que também não se aplicariam suas dimensões, tais como a interdisciplinaridade, a multidisciplinaridade e a transdisciplinaridade.

buscando uma afirmação única em seu fazer, mas há uma determinação hegemônica nos interesses de cada grupo que esteja colocado no jogo de poder representativo, ou seja, nas instâncias que a própria sociedade elege para representá-lo, como se observa nos programas do Ministério da Educação e Cultura (MEC), nas ordens políticas dos diferentes momentos do governo bem como na definição de diretrizes para a educação.

Uma política que contemple a cultura como centralidade deve considerar as vozes dos discursos presentes no poder das tendências hegemônicas dos interesses. É necessário “... examinar o campo semântico dentro do qual qualquer cadeia ideológica ganha significado (...). O momento da formação histórica é crítico para qualquer campo semântico”, (HALL, 2006, p.181), que ganham forma de acordo com o período histórico que os atores sociais e o contexto social o fazem.

Como exemplo, a extensão universitária por longo tempo foi utilizada para atender à sociedade fornecendo-lhe o que produzia, mas não buscando saber como essa política, com suas ações localizadas, poderiam causar um diferencial de mudanças na sociedade. Ainda hoje, podemos identificar que a escolha de uma política que atende aos que se encontram em condições de carência na sociedade pode ser entendida como assistencialista, porém não sendo uma escolha infundada por parte das necessidades que as condições de miséria e pobreza afetam a população em todos os níveis, corre-se o risco de trabalhar esta política como uma assistência imediata. Esse foi um período em que as relações de poder não se faziam a partir da compreensão das diferenças, mas da busca em nome de uma unidade nacional que, altamente controlada, não corresponde às diferentes vozes dos sujeitos sociais.

Mas as expectativas do campo de lutas na afirmação da extensão não se fazem de forma diretiva, há como se destaca no decorrer da história, dinâmica hora de um grupo hora de outro, que com suas ideologias lutam por uma extensão mais, digamos, *afinada com a sociedade e a universidade* (grifo das autoras). “Mas, enquanto sujeitos-em-luta por um novo tempo na história”, parodiando Hall (2006, p.183), a extensão em relação à cultura chega à década de 90, sob forma de duas políticas, o Plano Nacional de Extensão Universitária (1999) e o Programa de Fomento à Extensão Universitária – PROEXTE⁶ (primeira edição em 1994), ambas promotoras de um

⁶ O Programa de Fomento para Extensão Universitária – PROEXTE surge como uma das respostas, quando da crescente articulação e diálogo entre Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e

espaço de discussão e negociação da identidade e definição do papel da extensão na universidade e no contexto das políticas educacionais do Ensino Superior.

O que definirá a diferença entre o assistencialismo e o compromisso contínuo com a mudança social está no questionamento: que desafios enfrenta a Extensão de construir uma ação social responsável em conjunto com a comunidade? Essa questão se faz enorme em seu contexto de discussão, indo desde a economia, a política do país e a educação, diversidades culturais de modo geral. Para aproximar-se de uma possível resposta, opta-se por identificar nas condições em que uma política de extensão universitária pode avançar para além das ações desvinculadas do desenvolvimento social como um todo para aquelas que contemplem o homem em sua diversidade e sua capacidade de produção sócio-cultural.

É preciso considerar, a princípio, a necessidade de trazer para o lugar da extensão a intenção de afirmar-se como um *lócus* de identidade em que, tanto o conhecimento produzido na universidade como o conhecimento produzido pela comunidade, sejam considerados bases da produção cultural e social dos sujeitos em seus grupos. Nesse sentido, a interdependência dos mesmos está diretamente vinculada às diferentes formas de constituírem-se e de se manifestarem na alteridade, nos jogos de seus interesses, gerando poderes que tem lugares diferentes ou comuns ao mesmo tempo.

A sociedade precisa dizer à universidade que é um interlocutor que necessita de sua presença e vice-versa. Não caindo no romantismo e distanciando do hibridismo de Canclini⁷ (2006), mas entendendo que não haverá dois saberes diferentes ou culturas distintas, mas outro lugar cultural que produzirá identidades diferentes a partir das negociações que tecerem para ir ao encontro das resoluções dos problemas sociais que estão colocados na base das políticas de atendimento aos mais carentes na sociedade.

Na segunda metade da década de 90, observamos os fatos culturais de a sociedade brasileira ganham uma nova forma histórica. Este fato é sentido na extensão

a Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação e Desporto (MEC), que tinham como objetivos, a partir da constituição de uma política para as universidades públicas brasileiras, "elaborar programas específicos que definam princípios, diretrizes e formas de fomento à extensão nas IES." (FORUM PRO-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2001, p.01). Em 1993 É PLANEJADO O Programa de Fomento a Extensão Universitária pela SESu/MEC, e é implementado em 1994 e 1995.

⁷ Canclini (2006) ressalta que as diferenças culturais são desenhadas pela dimensão sócio-histórica quando não são absolutizadas em uma única dimensão. As diferenças não podem ser subordinadas as desigualdades, ou que em um processo de anulação de uma, a outra terá o seu lugar. A categoria da hibridação deve considerar as interseções entre as culturas, servindo como metodologia para constituir um trabalho em ciências sociais, situando a hibridação no "entre-lugar" das culturas (super e infra-estruturas), ou seja, os lugares de "cruzamentos, fusões, conflitos e contradições" (CANCLINI, 2006, p. 08).

como continuidade e descontinuidade em suas diretrizes políticas ao longo das décadas anteriores, incluindo as atuais discussões em que diferentes grupos de teóricos trabalham com ideais pautados em diversas concepções do fazer extensionista, seja nas universidades públicas, que é o nosso viés de discussão, seja nas universidades particulares. Uma tendência geral é observada, o pacto social que a extensão estabelece com o público que atende e a sociedade a torna capaz de então, tratar seu eixo de construção política, pautado em uma visão mais aberta às diferentes vozes sociais, tratar os discursos como fundador dos sentidos e novos significados para suas práticas.

Podemos destacar como exemplo dessa presença do desenho político que Laclau (2004) tece em sua teoria são reflexionados aqui, diz respeito: a oferta do primeiro edital para desenvolvimento em cultura nas universidades, lançado a partir do ano de 2007.

Na análise em tela, o que interessa é a maneira como este documento foi construído e como ele se faz presente como instrumento de mudança na política da ação extensionista, avançando do assistencialismo para as negociações e a presença dos atores e seus discursos em prol de uma extensão de caráter consistente e dinâmico junto à demanda da sociedade, e que se dá nas universidades públicas. Trata-se de compreender como as políticas públicas de cultura e de universidade se tangenciam, e se a universidade está ou não tratando deste assunto com propriedade prática no cotidiano das ações e atividades propostas. Como vem se desenhando a tendência desta proposta? Como se compreende o que cabe à Extensão em suas propostas do fazer da política cultural é justamente pela ação dos atores envolvidos nos processos políticos, administrativos que se desdobram em regulamentações, que mobilizam inclusive financiamentos para recursos alocados em programas e projetos.

Olhando o nosso exemplo, o Edital Público do “Programa de Apoio à Cultura: Extensão Universitária” - **PROEXT Cultura 2007**, abre a parceria entre os Ministérios da Cultura e da Educação, tendo apoio para sua realização, dois parceiros a o Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) e a Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João Del-Rei (FAUF). Participam as Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior, apresentando seus projetos no âmbito da Extensão Universitária, e na área de Cultura, e que estejam de acordo com a Lei Federal 8.313, de 1991, conhecida também como “lei de incentivo à cultura”.

Este Edital vem consolidar o entendimento no Governo Brasileiro em responder as tendências mundiais [caminhos norteados pelas orientações da UNESCO]⁸ em estabelecer outro discurso direcionado para a cultura na sociedade como canal de transformação dos processos organizativos e estruturais a partir do contexto da globalização, ou seja, responder a uma nova organização mundial que, de certa forma, afeta todos os campos que definem/ desenham uma sociedade [a economia, a informação, modelos de governabilidade, a política, a produção do conhecimento sobre] e que agora estão identificados em condições de múltiplos referenciais complexos e interdependentes em suas decisões.

O Brasil, por meio do Ministério da Cultura, participante deste momento histórico, traz ao cenário nacional a proposta de atingir um novo patamar conceitual e de gestão institucional da cultura.

Uma política cultural central, permanente, abrangente, pública, democrática, descentralizada, integrada e conectada com o mundo. A instituição de um Plano Nacional de Cultura e um Sistema Nacional de Cultura, com financiamento adequado, é peça fundamental e estruturante deste novo momento histórico... (MEIRA, 2006, p. 13)

Neste cenário, em 1º de junho de 2005, um Projeto de Emenda Constitucional que previa a elaboração do Plano Nacional de Cultura foi aprovado pelo Congresso Nacional, incorporando à Constituição da República o parágrafo 3º, ao Artigo 215, que estabelece:

§ 3º - A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do país e à integração das ações do Poder Público:

I-defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;

II-produção, promoção e difusão de bens culturais;

III-formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;

IV-democratização do acesso aos bens de cultura;

V-valorização da diversidade étnica regional.

⁸ Os valores da cultura são destacados como referência mundial, disseminados pela UNESCO a partir da década de 1960, na realização de reuniões regionais e nacionais, conferências por blocos de países. Na Declaração dos Princípios da Cooperação Culturais expressos e aprovados na 14ª. CG- 1966 são afirmados; “[...] o direito a cultura em todas as suas formas de expressão e o respeito à diversidade e a originalidade das culturas, defendendo-se a promoção da criatividade de cada uma delas. Defende-se também a reciprocidade na cooperação cultural internacional, cujas finalidades são a paz, a amizade, a educação moral e intelectual da juventude e o respeito à soberania do Estado nacional [...]” (EVANGELISTA, 2003, p. 100)

E em novembro de 2006, acontece no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, o Fórum de Cultura Mundial. Este evento foi criado com a finalidade de criar um espaço de debates sobre a cultura, a idéia do fórum surgiu na Conferência Intergovernamental da UNESCO, em 1998, em Estocolmo, pois foi entendido que havia a necessidade de se “repensar o papel das artes em um mundo globalizado”⁹. Durante o Fórum, o Ministro da Cultura, lança o *“Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil”*. Entre os objetivos encontramos, em primeiro lugar, consolidar e manter os processos já em andamento do MINC estende-se

A política cultural deverá estar inserida em um projeto nacional de desenvolvimento, cujo desafio maior é o de acelerar o crescimento sustentável e gerar uma melhor distribuição de renda. Os avanços sociais, políticos e culturais precisam ser institucionalizados e perenizados, para que novos ciclos regressivos não venham a erodir os avanços, zerando novamente o jogo e sacrificando processos históricos. O desafio é construir um mercado consumidor de massas, que represente inclusão e possibilite a auto-sustentabilidade do país. Construir um desenvolvimento que considere a sustentabilidade ambiental, o aprimoramento da nossa democracia e o aprofundamento da justiça social. (PROGRAMA CULTURAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL, 2006, p. 37-38)

A cultura é entendida como ferramenta *“poderosa”*¹⁰ para reduzir as desigualdades e atingir a qualidade de vida para todos, ainda sendo capaz de permitir o desenvolvimento de capacidades cognitivas¹¹, da capacidade inventiva e do discernimento crítico da população. Traz a idéia da política cultural como sendo ainda uma atuação simbólica, mas que deve ser ampliada e ganhar corpo institucional, capaz de fazer surgir “uma estrutura de Estado sob um processo de ampliação de horizontes, de liberação de forças sociais e simbólicas, para que a imaginação não sirva exclusivamente à fantasia dos mundos possíveis, mas seja a construtora de realidades efetivas entre nós”¹².

E em 04 de outubro de 2007, é publicada a PORTARIA NORMATIVA INTERMINISTERIAL MEC/MINC nº 1, estabelece diretrizes para a cooperação entre aos ministérios da Cultura e da Educação. A integração e a articulação são os critérios para

⁹ Notícia veiculada na página do Ministério da Cultura, em 24/11/2006 e 01/12/2006.

¹⁰ Termo do PROGRAMA CULTURAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL, 2006, p. 37-38.

¹¹ Observa-se a referencia aos termos do documento da UNIÃO EUROPEIA.

¹² Trecho do documento P PROGRAMA CULTURAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL, 2006, p. 37-38.

realização de ações conjuntas entre os Ministérios, e que passa a trabalhar os programas *Mais Cultura* e *Mais Educação* da Agenda Social.

Com o Plano Nacional de Cultura a articulação das políticas culturais ganha a dimensão de participação da sociedade por meio dos conselhos de políticas culturais, colegiados setoriais da cultura e as conferências de cultura da União, Estados e Municípios, incluindo um Sistema Federal de Cultura.

Com referência aos projetos que o Ministério da Cultura vem estabelecendo e criando, podemos observar que o interesse de estabelecer a cultura, não somente como eixo estratégico na política nacional, mas também, como eixo que se integra a base educacional, incluindo a formação cultural.

Porém esse processo recente de compreensão do lugar da cultura como referencial estratégico de desenvolvimento social, político e econômico de uma Nação/ sociedade é difícil de serem, inclusive, entendidas pelo conjunto de sujeitos, instituições e até mesmo de reconhecimento da cultura como produção própria de um povo capaz de dar corpo as suas propostas mais ousadas de mudança social.

Para poder dar corpo a esta nova proposta surgem duas iniciativas do MINC no sentido de caminhar para construção de um novo processo de compreensão e produção da cultura como estratégia na sociedade, um é o Plano Nacional de Cultura (PNC) e a I Conferência Nacional de Cultura.

No Plano Nacional de Cultura já se pode visualizar as propostas da parceria interministerial, MEC/ MINC. Souza (2006) considera que seja “... salutar a integração dos processos de construção do Plano Nacional de Cultura com a revisão do Plano Nacional de Educação”, já que está em jogo o benefício da sociedade civil via segmentos da educação e da cultura trabalhem em condição de complementaridade. Nas propostas, que ainda se encontram em fase de estudo, para o PNC, encontramos:

- Tornar cada escola, em um centro ativo de produção e difusão cultural da comunidade escolar e sua vizinhança.
- Difundir, em todo sistema educacional, um conceito amplo de cultura, entendido como o conjunto de saberes e fazeres das sociedades, valorizando a diversidade cultural brasileira.
- Estabelecer, em âmbito nacional, processos de formação e profissionalização continuada na área da cultura.
- Promover a permanente integração e troca de informações e conhecimentos, entre as instituições educacionais e culturais.

Espera-se utilizar duas ferramentas para realização das propostas, a articulação com os sistemas de ensino incluindo nos Programas de Formação de Professores conteúdos pertinentes à área cultural e, ainda, incluir ações na elaboração do Projeto Político-pedagógico das escolas, como forma de estabelecer complementaridade nas propostas que congregam interesse nas áreas, educação e cultura, tais como: a igualdade de direitos, considerando as diferenças e as desigualdades em função da equidade; a função da escola em estar próxima à comunidade representando a expressão política da mesma; trabalhar o desenvolvimento de uma consciência crítica; buscar a participação e cooperação das várias esferas do governo; trabalhar pela autonomia, a responsabilidade e a criatividade como processo e produto do projeto (GADOTTI, 2000); e incluir na prática pedagógica elaborada pelos professores a cultura como elemento da dinâmica escolar.

Nota-se que não há nenhuma referência no que concerne às Instituições de Ensino Superior. As Universidades, não aparecem nas diretrizes e estratégias nominalmente, como é feito com as Unidades Escolares. Não deixa clara a referência de quais níveis de ensino serão desenvolvidas tais propostas, e se há uma diretriz para cada uma.

Assim, observa-se que para as universidades o que aparece como efetivação de proposta é o primeiro Edital do *PROEXT CULTURA 2007*, citado acima. E que não é uma diretriz da parceria MEC/MINC, mas um projeto submetido à Lei Rouanet e que ganha vulto na Extensão como proposta para as Universidades com aquiescência e apoio do MINC e com financiamento da Petrobrás.

Considerando a descrição do documento e objetivo da agenda do MINC e MEC, entende-se que a consolidação dos mesmos não pode mais ser considerada, epistemologicamente a partir de uma superestrutura, mas de um jogo de complexas negociações entre as instituições envolvidas. Uma linguagem que transborda da estética da cultura ganhando consistência na política, na economia, na educabilidade dos sujeitos envolvidos na tarefa de tratar os conhecimentos formais sistematizados da universidade na interação com os conhecimentos plurais, tanto da produção quanto das manifestações populares, e, ainda, somar esforços administrativos e sustentáveis para o aprendizado mútuo dos sujeitos em dada situação social, na forma com que agem e transformam uma realidade local. A realização desta tarefa exige da

universidade um esforço de direcionar sua potencialidade tecnológica e humana para a compreensão do *continun* do mesmo no universo social.

Outra questão essencial é o fortalecimento da Extensão Universitária como o veículo de realização desta tarefa, pois suas responsabilidades estão não somente em atender e justificar a produção realizada nos programas e projetos acadêmicos, mas também em fundamentar o conhecimento produzido pela oportunidade de vivência na interlocução teoria-prática.

No Plano Nacional de Extensão Universitária (1999) a Cultura é contemplada como uma das “áreas temáticas” que sinaliza a prioridade das práticas de extensão que devem atender as necessidades sociais, entre outras descritas como prioridades do atendimento da extensão. E na área da cultura, por iniciativa dos Pró-Reitores de Extensão estão sendo realizados os Fóruns Regionais de Cultura das Universidades Públicas.

Os caminhos, as metodologias serão o grande campo do fazer, e aqui poderá nascer à perspectiva que Laclau (2004) lança: um campo em que o hegemônico não é excludente e nem é significado de acomodação, mas significado de produção de outras políticas que correspondam às necessidades de resposta a determinadas situações. Por meio dos interesses e constantes interseções na relação Extensão Universitária e Sociedade, espera-se, inclusive, que a universidade se compreenda inserida em uma proposta com a intensa necessidade de rever sua estrutura e seus caminhos perante a sociedade. As negociações estão além dos mandos hierárquicos. Já não se constituem simplesmente “mandos”, mas discursos de poder e suas negociações, que, para Laclau (2004), trará uma política diferente de todas as propostas fechadas dos grupos em participação na situação. Um hibridismo, para Canclini (2006), que necessita de ferramentas culturais e não de ferramentas técnicas.

É desta forma que as possibilidades de pensar a Extensão com sua função social necessitam buscar uma fundamentação política para suas propostas que se pautem em um discurso coerente com os movimentos que a sociedade e suas instâncias educacionais trazem. É buscando compreender o campo de tensões, das negociações, da escuta de discursos diferentes, das manifestações de poder em constante relação que, talvez, possamos pensar uma aproximação mais realista do fazer universitário e da sociedade em interação. A busca de uma concepção a partir da polissemia cultural e

da plasticidade estética que esta permite, pode permitir a busca pelas mudanças mais significativas e de impacto na religação do conhecimento com a realidade social.

O que se vê são os desafios para avançar nas diretrizes político-sociais que apostam na mediação da universidade - via extensão- com a sociedade - via comunidade. O desafio que se coloca para que ambas comuniquem seus interesses e os desloquem para avançar em conquistas contínuas que de alguma forma, pressionem os atores a assumirem um trabalho socialmente responsável que gerem impactos, causando diferenciais às comunidades atendidas. Esta seria uma prática que a extensão poderia assumir como função: trabalhar o projeto extensionista que ultrapasse as barreiras da fragmentação social e de saberes localizados e descontínuos. As suas manifestações podem trazer frutos para formação dos universitários congregando valores humanos a sociedade em que se vive.

O significado construído no conjunto de esforços para o crescimento da responsabilidade com as ações sociais sejam por meio de cursos de formação, de programas e/ou projetos das diferentes áreas do conhecimento, sejam pela demanda da comunidade em seus diversos interesses, presentes no trabalho cotidiano da extensão, tem como fim a continuidade e o impacto social entendido, por ora, como o que favorece o desenvolvimento do grupo envolvido. E, em compreender que a extensão do ponto de vista do desenvolvimento cultural que pode proporcionar aos sujeitos inseridos na Universidade, não se constitui apenas numa norma constitucional, mas num espaço significativo e importante para a formação do aluno enquanto cidadão no que diz respeito à construção da subjetividade que engloba o conhecimento/saber, mas um saber /fazer que o leve a um saber/Ser na concepção de uma formação – tanto quanto possível-, mais integrada e relacionada com todos os espaços que envolvem a uma formação de qualidade na e da Educação.

Referências

BRASIL, Decreto nº 19.851, de 11/04/1931. Dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário. Rio de Janeiro, 1931.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394, 20 de dezembro de 1996 (LDB 9.394/96).

BRASIL. Lei orgânica da assistência social. Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Brasília, 1993.

BRASIL. LEI FEDERAL N º 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991. LEI ROUANET. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Brasília, 1991.

BRASIL. Reforma Francisco Campos o ensino superior tem a criação do Estatuto das Universidades Brasileiras, no Decreto nº 2 19.851, de 11/04/1931.

BRASIL. PORTARIA NORMATIVA INTERMINISTERIAL MEC/MINC nº 1, de 04 de outubro de 2007.

CANCLINI, Nestor. Estudos sobre cultura: uma alternativa latino-americana ao Cultural Studies. **Revista FAMECOS**. Entrevista. Porto Alegre. Nº 30. Ago 2006.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. Parágrafo 3º, ao Artigo 215.

EVANGELISTA, Ely G. dos S. **A UNESCO e o mundo da cultura**. Brasília, DF: UNESCO; Goiânia: Editora UFG, 2003.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

BRASILEIRAS. *Avaliação da Extensão Universitária*. Brasília: MEC/SESu; Ilhéus: Editus, 2001a. (Coleção Extensão Universitária; v.3)

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista**. Hacia una radicalización de la democracia. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina S. A. 2004.

MEIRA, Márcio. Oficina de Informações sobre a metodologia da 1ª CNC. IN: **1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006**: estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura. Secretária de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

MENDES, Sonia Regina dos Santos. **Algumas reflexões sobre a universidade e a cultura**. Rio de Janeiro. Notas. 2007.

NOGUERIA, Maria das Dores Pimentel (Org.). Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas. Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG. O Fórum, 2000.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil**. Brasília: Distrito Federal. Novembro, 2006.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES. Universidade Federal de Minas Gerais. Pró-Reitoria de Extensão Relatório de Atividades 2002. Belo Horizonte: UFMG – PROEX, 2003.

SILVA, Enio Waldir da; FRANTZ, Walter. **As funções sociais da universidade** – o papel da extensão e a questão das comunitárias. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

SISTEMA DE DADOS E INFORMAÇÕES: Base operacional de acordo com o PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Rio de Janeiro: NAPE, UERJ, 2001. 84p. (Coleção Extensão Universitária; v.2).

Recebido em: 30/10/2009

Aceito para publicação em: 15/12/2009